



A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?

DOES DENTAL TRAINING AFFECT THE PROCESS OF GRADUATES IN CARING FOR PATIENTS WITH SPECIAL NEEDS?

Nelsimar Bezerra Santos da SILVA
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
E-mail: nelsimarsilva03@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0009-0000-6376-6554>

Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: reginalucenaa@ufc.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4225-7958>

Maria Vieira de Lima SAINTRAIN
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
E-mail: mvls@yahoo.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1514-3218>

Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/CE)
E-mail: roberto.wagner@fiocruz.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9295-1177>

Sharmentia de Araújo Soares NUTO
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/CE)
E-mail: sharmentia.nuto@fiocruz.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4763-6773>

Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/CE)
E-mail: anyavieira10@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-000342378995>

RESUMO

No Brasil, a assistência odontológica às pessoas com deficiência (PCD) ainda é negligenciada, em grande parte devido ao baixo nível de conhecimentos teóricos e à limitada vivência clínica dos profissionais. A oferta de disciplinas voltadas ao

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmentia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

atendimento odontológico dessa população é fundamental para reverter esse cenário. Este estudo teve como objetivo conhecer a percepção de estudantes do último semestre de graduação em Odontologia quanto ao conhecimento e à disponibilidade para o atendimento de pacientes com deficiência. Estudo transversal, descritivo-analítico, quantitativo, realizado com 105 estudantes de duas instituições privadas de ensino superior localizadas em Fortaleza-CE, Brasil. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, e a análise foi conduzida com o STATA 4.0. Independentemente da presença da disciplina de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE), a maioria dos discentes demonstrou compreender o conceito de PNE e relatou ter vivenciado algum tipo de atendimento a esses pacientes (89,52%). Os alunos da instituição de ensino superior (IES1), que oferta OPNE, relataram maior número de atendimentos, com maior complexidade ($p < 0,05$), incluindo pacientes com autismo, paralisia cerebral, epilepsia, cardiopatias e outras agraos.. Também se autodeclararam mais preparados ($p < 0,001$) e disponíveis para o atendimento desses pacientes em comparação aos da IES2. Por fim, a maioria dos graduandos das duas instituições (81,9%) concordou com a necessidade da inclusão obrigatória da disciplina de OPNE nas matrizes curriculares dos cursos de Odontologia. Esses achados reforçam a importância da inserção formal da disciplina na matriz curricular para uma formação mais completa e segura.

Palavras-chave: Odontologia. Pessoa com Deficiência. Currículo.

ABSTRACT

In Brazil, dental care for people with disabilities (PWD) is still neglected, largely due to professionals' low level of theoretical knowledge and limited clinical experience. The inclusion of courses focused on dental care for this population is essential to change this scenario. This study aimed to investigate the perception of senior undergraduate dental students regarding their knowledge and availability to treat patients with disabilities. This was a cross-sectional, descriptive-analytical, quantitative study conducted with 105 students from two private higher education institutions located in Fortaleza, Ceará, Brazil. Data were collected using a semi-structured questionnaire, and analysis was performed with STATA 4.0. Regardless of

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

whether the course in Dentistry for Patients with Special Needs (DPSN) was offered, most students demonstrated an understanding of the concept of special needs patients and reported having had some type of clinical experience with this population (89.52%). Students from institution 1 (IES1), which offers the DPSN course, reported a greater number of clinical experiences, with higher complexity ($p < 0.05$), including patients with autism, cerebral palsy, epilepsy, heart disease, and other conditions. They also self-reported feeling more prepared ($p < 0.001$) and available to provide care for these patients compared to those from institution 2 (IES2). Finally, most students from both institutions (81.9%) agreed on the need for the mandatory inclusion of the DPSN course in the dental curriculum. These findings highlight the importance of formally incorporating the discipline into the curriculum to ensure more comprehensive and safe training.

Keywords: Dentistry. People with Disabilities. Curriculum.

INTRODUÇÃO

Pessoa com deficiência (PcD) é aquela que possui impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015). De acordo com o Relatório Mundial sobre Deficiência, esta é inerente à condição humana e quase todas as pessoas têm ou terão uma deficiência, temporária ou permanente, em algum momento de suas vidas, demandando, assim, um tratamento humanizado, adequado e, por vezes, individualizado, de acordo com sua necessidade (OMS, 2012).

Cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo apresenta algum tipo de deficiência (OMS, 2012). No Brasil, essa população é estimada em 14,4 milhões de pessoas (7,3% da população), sendo que o maior percentual se encontra na região Nordeste (19,5%) (IBGE, 2022). Para assegurar o direito à saúde dessa parcela significativa da população, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria nº 1.060/2002, reconheceu a inclusão das PcD em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando as limitações físicas, sistêmicas e/ou mentais que podem

dificultar a realização eficaz da higiene oral e o controle do biofilme, as pessoas com deficiência apresentam maior risco para o desenvolvimento de doenças bucais, como cárie dentária e doença periodontal (Lai et al, 2020; Ningrum et al, 2021). Diante dessa maior vulnerabilidade e das particularidades que envolvem o atendimento odontológico, torna-se essencial a capacitação dos profissionais para oferecer um tratamento humanizado, adequado e, muitas vezes, individualizado (Faulks et al, 2012; Moretto et al, 2014).

Apesar de o direito ao cuidado em saúde bucal ser assegurado por legislações, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e da criação da especialidade Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) pelo Conselho Federal de Odontologia (Resolução nº 22, publicada no DOU em 25.01.2022), a escassez de profissionais capacitados (tanto na rede pública quanto na privada) para atender essa população é histórica (Marra; Miasato, 2008).

O termo "necessidades especiais" engloba uma ampla gama de condições, desde deficiências permanentes até condições temporárias que demandam cuidados especiais. Em Odontologia, o conceito de paciente com necessidades especiais (PNE) compreende todo usuário que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional (Brasil, 2008).

A criação da especialidade Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais - OPNE (CFO, 2005) motivou algumas instituições de ensino superior (IES) a incluírem disciplinas voltadas ao atendimento odontológico a esse público. No entanto, devido à autonomia pedagógica, a inclusão de conteúdos sobre OPNE nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Odontologia não é obrigatória, haja vista não ser essa disciplina considerada essencial pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Penha et al, 2018).

Ao analisarem 221 IES brasileiras, Bonato e colaboradores (2013) constataram que apenas 27,86% ofereciam a disciplina de OPNE. Cipriano e colaboradores (2020) identificaram que, entre 57 IES públicas investigadas, 37% abordavam a temática como disciplina, sendo que 46% destas a ofertavam de forma

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

obrigatória. Contudo, pouco se sabe sobre o impacto dessa exposição durante a graduação na disponibilidade e no nível de conhecimento autopercebido sobre o tema, sendo este o objetivo da presente pesquisa.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional transversal, de caráter exploratório, descritivo-analítico, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em duas IES, privadas, localizadas na cidade de Fortaleza, Ceará, que oferecem o curso presencial de Odontologia. A escolha das IES se deu por conveniência. Justifica-se a conveniência, uma vez que se buscou investigar se o fato de um curso de graduação em Odontologia possuir, em sua matriz curricular, uma disciplina obrigatória sobre atendimento odontológico voltado à Pessoa com Deficiência (PcD), interfere na percepção do aluno, sobre o conhecimento e a disponibilidade no atendimento a este público.

A primeira IES (identificada neste estudo como IES 1) possui em sua matriz curricular uma disciplina específica e obrigatória para o atendimento odontológico de PcD, ofertada no oitavo semestre do curso, com aulas teóricas e práticas (carga horária de 120 horas-aulas). Aborda, ainda, de forma transversal, esse assunto nas demais disciplinas do curso e oferta projetos de extensão de natureza optativa sobre a temática. A segunda IES (identificada neste estudo como IES 2) não apresenta, em sua matriz curricular, uma disciplina voltada especificamente ao atendimento de PcD. No entanto, a coordenação do curso, há época deste estudo, afirmou que a temática é abordada em outras disciplinas do curso, mediante aulas teóricas. Assim como a IES 1, a IES 2 oferta aos alunos projetos de extensão sobre a temática, sendo estes de natureza optativa.

No que se refere à população do estudo, as duas IES possuíam 1.359 alunos matriculados, sendo 569 da IES 1 e 790 da IES 2. Levando-se em consideração o critério de inclusão (estar matriculado regularmente no último semestre do curso de graduação em Odontologia), a população foi reduzida, totalizando 134 estudantes: 55 na IES 1 e 79 na IES 2. Aplicando-se os critérios de exclusão (ter sido reprovado em disciplinas em dois ou mais semestres do curso e ser aluno transferido), a amostra final resultou em 105 acadêmicos de Odontologia, sendo

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

45 na IES 1 e 60 na IES 2.

A coleta de dados ocorreu no ano de 2021, durante os últimos três meses de graduação dos estudantes, e se deu mediante a aplicação de um questionário semi-estruturado, formulado com base no estudo de Jacomine e colaboradores (2018) e nos objetivos da presente pesquisa, aplicado presencialmente junto aos acadêmicos em seus locais de estudo.

Os dados foram analisados através do programa STATA 14.0 (Stata@statisticsPackage, Stata for Windows), sendo calculados as médias e desvios-padrão. Quando necessário, foram realizados os testes comparativos, como Qui-quadrado ou Exato de Fisher, considerando-se o intervalo de confiança de 95%.

Seguindo as recomendações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012), que estabelece diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos, o estudo só teve início após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IPADE (Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda.), sob o Parecer de Nº 4.275.216.

RESULTADOS

No presente estudo, a maioria dos estudantes era do sexo feminino (74,29%), com idade entre 21 e 24 anos (80%), solteira (95,24%) e com experiência de atendimento a PNE na graduação (89,52%). Não houve diferenças entre as IES no que diz respeito a gênero, idade e estado civil ($p>0,05$), variáveis que poderiam interferir nas observações de interesse da pesquisa. As características demográficas dos participantes são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Variáveis sociodemográficas e barreiras ao acesso do PNE ao atendimento odontológico de graduandos de duas IES. Fortaleza (CE), 2021.

VARIÁVEL SOCIODEMOGRÁFICA	IES 1 n (%)	IES 2 n (%)	TOTAL n (%)	P
Idade				0,145
21-22	20 (44,4)	24 (40,0)	44 (41,9)	
23-24	15 (33,33)	25 (41,67)	40 (38,1)	
25-26	5 (11,11)	8 (13,33)	13 (12,38)	
27-28	5 (11,11)	3 (5)	8 (13,33)	
Sexo				0,107
Feminino	37 (82,22)	41 (68,33)	78 (74,29)	

Masculino	8 (17,78)	19 (31,67)	27 (25,71)	
Estado civil				0,174
Solteiro	41 (91,11)	59 (98,33)	100 (95,24)	
Casado	2 (4,44)	1 (1,67)	3 (2,86)	
Divorciado	2 (4,44)	0	2 (1,9)	
Turno do curso de Odontologia				0,008
Diurno	16 (35,56)	37 (61,67)	53 (50,48)	
Noturno	29 (64,44)	23 (38,33)	52 (49,52)	
Perdeu ou reprovou algum semestre				0,112
Sim	10 (22,22)	22 (36,67)	32 (30,48)	
Não	35 (77,78)	38 (63,33)	73 (69,52)	
Você atendeu algum PNE na graduação				0,002
Sim	45 (100)	49 (81,67)	94 (89,52)	
Não	0	11(18,33)	11 (10,48)	
Fez disciplina específica de PNE				<0,001
Sim	41 (91,11)	5 (8,33)	46 (43,81)	
Não	4 (8,89)	55 (91,6)	59 (56,19)	
Projeto de extensão / optativa para o PNE				0,155
Sim	10 (22,22)	19(31,66)	29 (27,62)	
Não	35 (77,78)	41(68,33)	76 (72,38)	
Definição de PNE				0,077
Sim	45 (100)	56 (93,33)	101 (96,2)	
Não	0	4 (6,67)	4 (3,8)	
Existe bom acesso do PNE aos cuidados odontológicos?				0,144
Sim	13 (28,89)	24 (40)	37 (35,24)	
Não	31 (68,89)	31 (51,67)	62 (59,05)	
Não sei	1 (2,22)	5 (8,33)	6 (5,71)	
PRINCIPAIS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS PNE PARA ACESSO A CUIDADOS ODONTOLÓGICOS				
Recurso Financeiro				0,001
Sim	34 (75,56)	25 (41,67)	59 (56,19)	
Não	11 (24,44)	35 (58,33)	46 (43,81)	
Distância geográfica				0,004
Sim	20 (44,44)	11 (18,33)	31 (29,52)	
Não	25 (55,56)	49 (81,67)	74 (70,48)	
Barreiras Arquitetônicas				0,459
Sim	15 (33,33)	16 (26,67)	31 (29,52)	
Não	30 (66,67)	44 (73,33)	74 (70,48)	
Demora no Atendimento				0,074
Sim	16 (35,56)	12 (20)	28 (26,67)	
Não	29 (64,44)	48 (80)	77 (73,33)	
Poucos Profissionais Habilitados				0,638
Sim	39 (86,67)	50 (83,33)	89 (84,76)	
Não	6 (13,33)	10 (16,67)	16 (15,24)	
Desconhecimento da população				0,006
Sim	28 (62,22)	21 (35,0)	49 (46,67)	
Não	17 (37,78)	39 (65,0)	56 (53,33)	
Sem colaboração da família do PNE				0,084
Sim	13 (28,89)	9 (15,0)	22 (20,95)	
Não	32 (71,11)	51 (85)	83 (79,05)	

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

TOTAL	45 (100%)	60 (100%)	105 (100%)	
--------------	------------------	------------------	-------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à percepção dos discentes sobre a dificuldade de acesso do PNE ao atendimento odontológico, na análise bivariada (Tabela 1), evidenciaram-se como barreiras: o recurso financeiro ($p=0,001$), a distância geográfica ($p=0,004$), o desconhecimento da população ($p=0,006$), além do turno cursado pelo aluno ($p=0,008$).

Em se tratando do nível de conhecimento dos estudantes de Odontologia, observaram-se diferenças entre as IES (Tabela 2), em relação à percepção de conhecimento autorrelatado ($p=0,025$) e quanto a se sentir apto para o atendimento a PNE ($p<0,001$), especificamente nos procedimentos como: exames clínicos ($p<0,001$), procedimentos preventivos ($p<0,001$) e restauradores ($p<0,001$).

Tabela 2: Nível de conhecimento de PNE de graduandos de duas IES. Fortaleza(CE), 2021.

NÍVEL DE CONHECIMENTO	IES 1 n (%)	IES 2 n (%)	TOTAL n (%)	P
Conhecimento de PNE na Odontologia				0,025
Ótimo	2 (4,44)	1 (1,67)	3 (2,86)	
Bom	26 (57,78)	17 (28,33)	43 (40,95)	
Regular	17 (37,78)	33 (55,0)	50 (47,62)	
Ruim	0	6 (10)	6 (5,71)	
Péssimo	0	1 (1,67)	1 (0,95)	
Não sabe/	0	2 (3,33)	2 (1,9)	
Sente-se preparado para atender PNE				0,091
Sim	26 (57,78)	23 (38,33)	49 (46,67)	
Não	6 (13,33)	20 (33,33)	26 (24,76)	
Não sei	13 (28,89)	17 (28,34)	30 (28,57)	
A graduação lhe deixa apto para atender PNE?				<0,001
Sim	42 (93,33)	15 (25,0)	57 (54,29)	
Não	0	19 (31,67)	19 (18,1)	
Parcialmente	3 (6,67)	26 (43,33)	29 (27,62)	
QUAIS PROCEDIMENTOS SENTE-SE APTO?				
Exame clínico				<0,001
Sim	44 (91,11)	42 (70)	86 (81,9)	
Não	1 (8,89)	18 (30,0)	19 (18,1)	
Procedimentos preventivos				<0,001
Sim	17 (37,78)	12 (20,0)	29 (27,62)	
Não	1 (8,89)	18 (30,0)	19 (18,1)	
Procedimentos Restauradores				0,001
Sim	40 (88,89)	35 (58,33)	75 (71,43)	
Não	5 (11,11)	25 (41,67)	30 (28,57)	
Procedimentos Cirúrgicos				0,099
Sim	17 (37,78)	12 (20,0)	29 (27,62)	

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmentia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Não	28 (62,22)	48 (80,0)	76 (72,38)	
TOTAL	45 (100%)	60 (100%)	105 (100%)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que concerne à experiência de atendimento odontológico a PNE realizado pelos estudantes de Odontologia durante a graduação, constatou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as IES no tocante às seguintes patologias presentes nos pacientes atendidos pelos discentes: autismo ($p < 0,001$), paralisia cerebral ($p = 0,001$), diabetes ($p = 0,032$) e problemas cardíacos ($p = 0,021$) (Tabela 3).

Tabela 3: Experiência de atendimento odontológico a PNE entre graduandos de duas IES. Fortaleza (CE), 2021.

ATENDIMENTOS NA GRAUAÇÃO	IES 1 n (%)	IES 2 n (%)	TOTAL n (%)	P
Síndrome de Down				0,306
Sim	17 (37,78)	17 (28,33)	34 (32,38)	
Não	28 (62,22)	43 (71,67)	71 (67,62)	
Autismo				0,004
Sim	35 (77,78)	30 (50,0)	65 (61,9)	
Não	10 (22,22)	30 (50,0)	40 (38,1)	
Paralisia cerebral				0,001
Sim	21 (46,67)	10 (16,67)	31 (29,52)	
Não	24 (53,33)	50 (83,33)	74 (70,48)	
Epilepsia				0,429
Sim	4 (8,89)	3 (5)	7 (6,67)	
Não	41 (91,11)	57 (95)	98 (93,33)	
Deficiência Auditiva				0,732
Sim	5 (11,11)	8 (13,33)	13 (12,38)	
Não	40 (88,89)	52 (86,67)	92 (87,62)	
Deficiência visual				0,732
Sim	4 (8,89)	9 (15,0)	13 (12,38)	
Não	41 (91,11)	51 (85,0)	92 (87,62)	
Deficiência mental/intelectual				0,732
Sim	12 (26,67)	12 (20,0)	24 (22,86)	
Não	33 (73,33)	48 (80,0)	81 (77,14)	
Deficiência física				0,240
Sim	9 (20,0)	7 (11,67)	16 (15,23)	
Não	36 (80)	53 (88,33)	89 (84,77)	
Distúrbio Psiquiátrico				0,709
Sim	7 (15,56)	11 (18,33)	18 (17,14)	
Não	38 (84,44)	49 (81,67)	87 (87,86)	
Mudo				0,051
Sim	2 (4,44)	10 (16,67)	12 (11,43)	
Não	43 (95,56)	50 (83,33)	93 (88,57)	
Diabetes				0,032

Sim	29 (64,44)	26 (43,33)	55 (52,38)	
Não	16 (35,56)	34 (56,67)	50 (47,62)	
HIV +				0,907
Sim	16 (35,56)	22 (36,67)	38 (36,19)	
Não	29 (64,44)	38 (63,33)	67 (63,81)	
Asma				0,216
Sim	0	2 (3,33)	2 (1,9)	
Não	45 (100)	58 (96,67)	103 (98,1)	
Problemas Cardíacos				0,021
Sim	21 (46,67)	15 (25,0)	36 (34,29)	
Não	24 (53,33)	45 (75,0)	69 (65,71)	
Leucemia				0,246
Sim	1 (2,22)	0	1 (0,95)	
Não	44 (97,78)	60 (100)	104 (99,05)	
Distrofia muscular				0,059
Sim	6 (13,33)	2 (3,33)	8 (7,62)	
Não	39 (86,67)	58 (96,67)	97 (92,38)	
TOTAL	45 (100%)	60 (100%)	105 (100%)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que tange à experiência de atendimento odontológico a PNE pelos estudantes de Odontologia durante a graduação, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as IES em relação a procedimentos realizados, tais como: exame clínico ($p < 0,001$), procedimentos preventivos ($p < 0,001$) e restauradores ($p = 0,002$), com superioridade dos alunos da IES 1 quanto ao quantitativo desses procedimentos (Tabela 4).

Tabela 4: Tipo de procedimento realizado durante o atendimento a PNE entre graduandos de Odontologia de duas IES. Fortaleza (CE), 2021.

ATENDIMENTOS DE PNE	IES 1 n (%)	IES 2 n (%)	TOTAL n (%)	P
Exame clínico				<0,001
Sim	4 (9,56)	28 (46,67)	71 (67,62)	
Não	2 (4,44)	32 (53,33)	34 (32,28)	
Procedimentos Preventivos				<0,001
Sim	41 (91,11)	36 (60,0)	77 (73,33)	
Não	4 (8,89)	24 (40,0)	28 (26,67)	
Procedimentos Restauradores				0,002
Sim	41 (91,11)	39 (65,0)	80 (76,19)	
Não	4 (8,89)	21 (35,0)	25 (23,81)	
Procedimentos Cirúrgicos				0,088
Sim	24 (53,33)	22 (36,67)	46 (43,81)	
Não	21 (46,67)	38 (63,33)	59 (56,19)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao o nível de conhecimento dos discentes diante dos casos específicos de PNE, entre os discentes das duas instituições pesquisadas, observaram-se diferenças estatisticamente significativas no tocante às seguintes situações: autismo ($p<0,001$), paralisia cerebral ($<0,001$), epilepsia ($p=0,007$), deficiência mental/intelectual ($p=0,002$), distúrbio psiquiátrico ($p=0,002$), mudez ($p=0,020$), e leucemia ($p=0,013$), onde os discentes da IES 1 sinalizaram ter maior conhecimento sobre estes agravos à saúde (Tabela 5).

Tabela 5: Nível de conhecimento dos casos específicos de PNE entre com graduandos de Odontologia se duas IES. Fortaleza (CE), 2021.

NÍVEL DE CONHECIMENTO		ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NÃO INFORMO	P
Síndrome de Down								<0,001
IES 1	N	11	27	6	1	0	0	
	(%)	(24,44)	(60,0)	(13,34)	(2,22)			
IES 2	N	8	23	23	3	2	1	
	(%)	(13,33)	(38,33)	(38,33)	(5,0)	(3,33)	(1,67)	
TOTAL	N	19	50	29	4	2	1	
	(%)	(18,1)	(47,62)	(27,62)	(3,81)	(1,9)	(0,95)	
Autismo								<0,001
IES 1	N	10	26	9	0	0	0	
	(%)	(22,22)	(57,78)	(20)				
IES 2	N	2	22	27	8	0	1	
	(%)	(3,33)	(36,67)	(45)	(13,33)		(1,67)	
TOTAL	N	12	48	36	8	0	1	
	(%)	(11,43)	(45,71)	(34,29)	(7,62)		(0,95)	
Paralisia Cerebral								<0,001
IES 1	N	2	24	17	2	0	0	
	(%)	(4,44)	(53,33)	(37,78)	(4,44)			
IES 2	N	1	11	19	20	8	1	
	(%)	(1,67)	(18,33)	(31,67)	(33,33)	(13,33)	(1,67)	
TOTAL	N	3	35	36	22	8	1	
	(%)	(2,86)	(33,33)	(34,29)	(20,95)	(7,62)	(0,95)	
Epilepsia								0,007
IES 1	N	1	20	23	1	0	0	
	(%)	(2,22)	(44,44)	(51,11)	(2,22)			
IES 2	N	1	16	25	13	5	0	
	(%)	(1,67)	(26,67)	(41,67)	(21,67)	(8,33)		
TOTAL	N	1	36	48	14	5	0	
	(%)	(1,9)	(34,29)	(45,71)	(13,33)	(4,76)		
Deficiência Auditiva								0,12
IES 1	N	7	26	9	2	1	0	
	(%)	(15,56)	(57,78)	(20,0)	(4,44)	(2,22)		
IES 2	N	8	24	12	10	6	0	

	(%)	(13,33)	(40,0)	(20,0)	(16,67)	(10,0)		
TOTAL	N	15	50	21	12	7	0	
	(%)	(14,29)	(47,62)	(20,00)	(11,43)	(6,67)	0	
Deficiência Visual								0,182
IES 1	N	11	24	9	1	0	0	
	(%)	(24,44)	(44,76)	(20,0)	(2,22)			
IES 2	N	13	23	15	6	3	0	
	(%)	(21,67)	(38,33)	(25,0)	(10,0)	(5,0)		
TOTAL	N	24	47	24	7	3	0	
	(%)	(22,86)	(44,76)	(22,86)	(6,67)	(2,86)	0	
Deficiência Mental/Intelectual								0,002
IES 1	N	3	26	15	1	0	0	
	(%)	(6,67)	(57,78)	(33,33)	(2,22)			
IES 2	N	1	17	27	11	4	0	
	(%)	(1,67)	(28,33)	(45,0)	(18,33)	(6,67)		
TOTAL	N	4	43	42	12	4	0	
	(%)	(3,81)	(40,95)	(40,0)	(11,43)	(3,81)		
Deficiência Física								0,313
IES 1	N	13	27	5	0	0	0	
	(%)	(28,89)	(60,0)	(11,11)				
IES 2	N	17	28	11	2	2	0	
	(%)	(28,33)	(46,67)	(18,33)	(3,33)	(3,33)		
TOTAL	N	30	55	16	2	2	0	
	(%)	(28,57)	(52,38)	(15,24)	(1,9)	(1,9)		
Distúrbio psiquiátrico								0,002
IES 1	N	2	23	16	4	0	0	
	(%)	(4,44)	(51,11)	(35,56)	(8,89)			
IES 2	N	4	11	26	12	6	1	
	(%)	(6,67)	(18,33)	(43,33)	(20,0)	(10,0)	(1,67)	
TOTAL	N	6	35	41	16	6	1	
	(%)	(9,38)	(54,69)	(64,06)	(25,00)	(9,38)	(1,56)	
Mudez								0,020
IES 1	N	9	28	7	1	0	0	
	(%)	(20,0)	(62,22)	(15,56)	(2,22)			
IES 2	N	10	22	17	5	6	0	
	(%)	(16,67)	(36,67)	(28,33)	(8,33)	(10,0)		
TOTAL	N	19	50	24	6	6	0	
	(%)	18,10	47,62	22,86	5,71	5,71	0	
Diabetes								0,211
IES 1	N	17	25	2	0	0	1	
	(%)	(37,78)	(55,56)	(4,44)			(2,22)	
IES 2	N	33	21	4	1	1	0	
	(%)	(55,0)	(35,0)	(6,67)	(1,67)	(1,67))		
TOTAL	N	50	46	6	1	1	1	
	(%)	(47,62)	(43,81)	(5,71)	(0,95)	(0,95)	(0,95)	
HIV +								0,312
IES 1	N	18	22	4	0	0	1	
	(%)	(40,0)	(48,89)	(8,89)			(2,22)	
IES 2	N	26	23	8	3	0	0	
	(%)	(43,33)	(38,33)	(13,33)	(5,0)			

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmentia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

TOTAL	N	44	45	12	3	0	1	
	(%)	(41,9)	(42,86)	(11,43)	(2,86)	0	(0,95)	
Gravidez								0,098
IES 1	N	18	24	2	0	0	1	
	(%)	(40,0)	(53,33)	(4,44)			(2,22)	
IES 2	N	30	20	9	1	0	0	
	(%)	(50,0)	(33,33)	(15,0)	(1,67)			
TOTAL	N	48	44	11	1	0	1	
	(%)	(45,71)	(41,90)	(10,48)	(0,95)	0	(0,95)	
Asma								0,291
IES 1	N	17	20	6	1	0	1	
	(%)	(37,78)	(44,44)	(13,33)	(2,22)		(2,22)	
IES 2	N	21	22	14	2	1	0	
	(%)	(35,0)	(36,67)	(23,33)	(3,33)	(1,67)		
TOTAL	N	38	42	20	3	1	1	
	(%)	(36,19)	(40,00)	(19,05)	(2,86)	(0,95)	(0,95)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Embora a especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) esteja regulamentada pelo Conselho Federal de Odontologia desde 2002, a autonomia pedagógica das instituições de ensino superior (IES) permite que os conteúdos relacionados ao tema estejam ou não incluídos na matriz curricular dos cursos de graduação. Esse é o caso das duas IES envolvidas no presente estudo. Enquanto a IES1 contempla a disciplina de Odontologia para PNE em sua matriz curricular obrigatória, na IES2 a temática é abordada de forma transversal em outras disciplinas.

De modo geral, observa-se que os discentes das duas instituições participantes sabem conceituar PNE e tiveram alguma experiência prática no atendimento a esse público durante a graduação. Contudo, os estudantes da IES1 relataram maior número de atendimentos e casos de maior complexidade, além de se sentirem mais preparados e disponíveis para o atendimento a PNE, quando comparados aos discentes da IES2. Esses achados reforçam a importância da inserção formal da disciplina na matriz curricular para uma formação mais completa e segura. Apesar dessa diferença, os estudantes de ambas as instituições reconhecem a relevância de adquirir conhecimentos específicos sobre o atendimento a PNE. Quando questionados sobre a obrigatoriedade de uma disciplina específica na estrutura curricular, a maioria dos discentes concordou com sua inclusão obrigatória.

Volquind e colaboradores (2020) enfatizam que a ausência de disciplinas específicas voltadas ao atendimento de PNE nos cursos de graduação em Odontologia no Brasil é uma das principais causas das dificuldades encontradas na prática clínica. A formação desde a graduação é determinante para formar profissionais mais sensíveis, tecnicamente capacitados e dispostos a atender pacientes com diferentes níveis de complexidade.

Considerando que uma parcela significativa da população brasileira possui algum tipo de deficiência, a formação de profissionais preparados para um atendimento humanizado e qualificado torna-se ainda mais necessária. Segundo Nunes e colaboradores (2019), aproximadamente 80% dos PNE que necessitam de atendimento odontológico podem ser tratados em consultórios não especializados. Entretanto, a prática de uma Odontologia de qualidade voltada ao atendimento de PNE exige do profissional capacitação para o manejo comportamental, compreensão das limitações e deficiências desse público e habilidade para resolver seus problemas odontológicos em diferentes níveis de complexidade. Além do conhecimento técnico, é imprescindível que o cirurgião-dentista desenvolva habilidades de manejo adequado e adote uma postura ética e humanitária.

Lidar com o comportamento do PNE durante o atendimento odontológico é, muitas vezes, um dos maiores desafios enfrentados pelos cirurgiões-dentistas (Pereira et al, 2010). Para superar essa barreira, existem técnicas de abordagem que auxiliam no controle da dor, da ansiedade e do medo, além de favorecerem a comunicação entre o profissional e o paciente (Castilho et al, 2014). O ensino dessas estratégias, dentro de uma disciplina específica conduzida por docentes capacitados, oferece aos alunos o suporte necessário para que se sintam seguros ao realizar esse tipo de atendimento, sem receios ou resistências (Ferreira et al, 2017). Santos e Hora (2012) defendem que a ausência de contato com o tema durante a graduação contribui para a formação de profissionais inseguros e incapazes de atender PNE. Por outro lado, Porto e colaboradores (2022) são otimistas ao afirmarem que a capacitação e a conscientização dos acadêmicos sobre a realidade social desse público favorecem a formação de profissionais comprometidos com a cidadania e com a promoção da saúde dos PNE.

De acordo com Conceição e colaboradores (2021), o despreparo dos profissionais decorre de lacunas na formação acadêmica, especialmente pela ausência de práticas clínicas voltadas ao atendimento de PNE durante a graduação. Essa realidade não se restringe ao contexto brasileiro. Em outros países, como nos Estados Unidos, mais da metade dos reitores investigados por Holder e colaboradores (2009) não considerava necessária a inclusão do tema na estrutura curricular dos cursos. No entanto, a maioria dos graduados dessas instituições relatou não se sentir apta para atender PNE. Situação semelhante foi observada na Europa, onde o conteúdo sobre PNE representava apenas 4% a 5% da carga horária total da formação, sendo considerado insuficiente pela maioria dos estudantes (Amaral et al, 2011).

Os dados deste estudo indicam que os alunos expostos à disciplina de Odontologia para PNE durante a formação acadêmica realizam mais atendimentos e se sentem mais preparados e disponíveis para continuar esse atendimento após a graduação, independentemente do grau de complexidade dos casos. Segundo Silva e Góes (2021), a ausência dessa disciplina contribui para o desenvolvimento de medos e inseguranças nos estudantes, sentimentos que tendem a persistir na vida profissional e limitar o atendimento ao PNE. Além de fornecer conhecimento técnico, o atendimento a esses pacientes durante a graduação proporciona experiências interpessoais essenciais à formação humanística do futuro profissional (Portolan et al, 2017).

A maioria dos alunos das duas IES demonstrou interesse em aprimorar seus conhecimentos sobre o atendimento ao PNE e reconheceu a necessidade de maior aprofundamento teórico e prático durante a graduação. Esse achado vai ao encontro do estudo de Gabaldo et al. (2020), que identificou que os formandos em Odontologia de Rondônia não se sentiam plenamente aptos a atender PNE, expressando o desejo de melhorar sua formação acadêmica. Pontanegra et al. (2017), ao investigarem o conhecimento dos estudantes sobre o uso de anestésicos e vasoconstritores em PNE, concluíram que os resultados ficaram abaixo do esperado, evidenciando a carência de aulas teóricas que complementem a prática clínica.

Algumas instituições que não possuem a disciplina específica em sua matriz curricular buscam compensar essa lacuna por meio da oferta de estágios de vivência

e/ou projetos de extensão voltados à saúde bucal de PNE (Amaral et al, 2011). No entanto, no presente estudo, cerca de dois terços dos formandos afirmaram não ter participado de projetos de extensão com esse público. A baixa participação dos discentes da IES1 pode estar relacionada ao fato de já terem cursado a disciplina obrigatória, o que reduz a busca por atividades optativas. Segundo Jacomine e colaboradores (2018), a baixa adesão aos projetos de extensão está frequentemente associada ao seu caráter não obrigatório.

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, assegura que todos têm direito à saúde, sendo dever do Estado promovê-la (Brasil, 1988). O Caderno de Atenção Básica n.º 17 – Saúde Bucal, por sua vez, destaca que a pessoa com deficiência deve ter prioridade no acesso à atenção primária, sendo os CEO's referência apenas em casos de maior complexidade (Brasil, 2008). Entretanto, há fortes evidências, em âmbito global, de que as pessoas com deficiência enfrentam significativas dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde revelou um baixo nível de acesso a serviços de reabilitação entre essa população, com variação entre 5% e 30% em todos os tipos de deficiência, além de disparidades geográficas relevantes. Apesar de as políticas públicas e a legislação brasileira apoiarem fortemente a inclusão desse grupo no sistema de saúde, persistem lacunas na atenção prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas com deficiência (Clemente et al, 2022).

No presente estudo, observou-se que a maioria dos discentes das duas instituições investigadas percebe que os Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) enfrentam dificuldades no acesso ao tratamento odontológico. Destaca-se que os formandos da IES1 demonstraram maior sensibilidade em relação às barreiras vivenciadas por esse público. Essa percepção corrobora os achados de outros pesquisadores (Queiroz et al, 2014; Fragoso et al, 2021), segundo os quais a dificuldade financeira figura como um dos principais obstáculos ao acesso aos serviços odontológicos. Em pesquisa realizada com cuidadores de pacientes com Síndrome de Down na Paraíba, Fragoso e colaboradores (2021) identificaram que 71,4% dessas famílias possuíam renda mensal entre um e dois salários-mínimos, o que reforça a limitação econômica como fator impeditivo relevante.

De acordo com Volquind e colaboradores (2021), a precariedade nos investimentos em estruturas físicas no âmbito do SUS, somada à escassez de profissionais especializados, contribui para um atendimento inadequado ou de baixa qualidade. Outro fator agravante é o tempo de espera prolongado e a ausência de fluxos bem definidos nos serviços, o que evidencia uma desorganização estrutural. Essa demora pode comprometer o prognóstico clínico dos pacientes, como salientado por Farias e colaboradores (2023). Além disso, Silva e Góes (2021) destacam diversos fatores que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência ao atendimento odontológico, entre eles: isolamento social, ausência de transporte adequado, barreiras arquitetônicas nos consultórios, limitações cognitivas e a incapacidade física ou mental de suportar procedimentos odontológicos, mesmo que simples.

A acessibilidade geográfica, expressa pela distância ou pelo tempo necessário até o local de prestação do serviço, e as barreiras arquitetônicas, como degraus, ausência de corrimãos e rampas, além de salas de espera inadequadas, também constituem obstáculos significativos para pessoas com limitações de locomoção. Esses fatores têm sido apontados por diversos autores como determinantes da exclusão desse grupo nos serviços de saúde (Peters et al, 2008; Siqueira et al, 2009). Conforme apontado por Reis et al. (2009) e Castro et al. (2011), a distância geográfica também pode dificultar o acesso aos serviços de saúde, tanto para PNE quanto para o público em geral, reforçando a importância de políticas públicas que considerem essas questões na organização dos serviços, sejam eles públicos ou privados.

Outra barreira importante está relacionada à escassez de profissionais capacitados para o atendimento de PNE. Apesar de a especialidade de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais já estar regulamentada, o número de cirurgiões-dentistas habilitados ainda é insuficiente para atender à demanda existente (Silva & Góes, 2021; Santos et al, 2020; Moretto et al, 2014; Barros et al, 2013).

Apesar dos avanços obtidos nesta temática, o presente estudo apresenta algumas limitações. Trata-se de uma pesquisa de corte transversal, o que impossibilita o estabelecimento de relações causais entre as variáveis analisadas.

Ademais, fato de o estudo ter sido conduzido em apenas duas instituições de um único município impede a generalização dos achados para outras realidades educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que os discentes reconhecem as barreiras enfrentadas pelos Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) no acesso ao atendimento odontológico, destacando-se a escassez de profissionais habilitados, as dificuldades financeiras e as barreiras geográficas e arquitetônicas. Alunos de instituições que oferecem a disciplina específica de Odontologia para PNE relataram maior preparo, maior número de atendimentos e mais segurança no manejo de casos complexos. Observou-se, ainda, amplo interesse dos estudantes em aprofundar seus conhecimentos teóricos e práticos sobre o tema, além de consenso quanto à necessidade de inclusão obrigatória da disciplina na formação odontológica. Esses achados reforçam a importância de fortalecer a abordagem sobre PNE nos currículos dos cursos de Odontologia, promovendo uma formação mais humanizada, inclusiva e tecnicamente qualificada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. O. F.; AQUOTTE, A. P. C.; AQUOTTE, L. C.; PARIZI, A. G. S.; OLIVEIRA, A. Avaliação das expectativas e sentimentos de alunos de Odontologia frente ao atendimento de pacientes com necessidades especiais. **RFO**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 124-129, maio/ago. 2011. Disponível em: https://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-40122011000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 26 ago. 2025.

BARROS, A. L. O.; HOPA, I. A. A.; SANTOS, M. T. B. R. Análise do perfil do profissional cirurgião-dentista que atende pacientes com necessidades especiais. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 38-44, jul./set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/6324>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BONATO, L. L.; LOPES, A. M. S.; SILVA, C. M.; ITNER, R. G.; SILVA, A. C. H. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais. **ClipeOdonto – UNITAU, Arquivos**, v. 5, n. 1, p. 10-15, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unitau.br/clipecodonto/article/view/1412>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 – MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal. Caderno de Atenção Básica nº 17**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CASTILHO, L. S.; SILVA, M. E. S.; OLIVEIRA, A. C. B.; ABREU, M. H. N. G.; ANKOMAA, H. K.; RESENDE, V. L. S. Considerações sobre a humanização do atendimento odontológico a pacientes com deficiência de desenvolvimento a partir de um projeto de extensão. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 5, n. 1, p. 19-25, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2014v5i1.1095>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CASTRO, S. S.; LEFÈVRE, F.; LEFÈVREA, M. C.; CESAR, C. L. G. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 99-105, fev. 2011. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010005000048>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CIPRIANO, O. B.; ROLIM, A. K. A.; ALVES, M. A. S. G.; FILHO, A. A. O.; GUÊNES, G. M. T.; FIGUEIREDO, C. H. M. C.; PENHA, E. S. Odontologia para pacientes especiais: análise da composição curricular das instituições públicas do Brasil. **Res. Soc. Develop.**, v. 9, n. 2, e189922135, 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2135>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CLEMENTE, K. A. P.; SILVA, S. V.; VIEIRA, G. I.; BORTOLI, M. C.; TOMA, T. S. Barriers to the access of people with disabilities to health services: a scoping review. **Rev. Saúde Pública**, v. 56, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2022.v56/64/pt>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, A. B. D. S.; SANTOS, L. T.; SILVA, A. M.; PRADO JUNIOR, R. R.; MENDES, R. F. Odontologia para pacientes com necessidades especiais no ensino de graduação: percepção de discentes e docentes em uma instituição do Piauí e um panorama brasileiro. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1608, 2021. doi: <10.30979/revabeno.v21i1.1608>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). **Resolução CFO-25/2002**: Estabelece as áreas de competência especialistas para atuação dos em Disfunção Têmporo Mandibular e Dor Orofacial; Odontogeriatría; Odontologia do Trabalho; Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais e em Ortopedia Funcional dos Maxilares e dá outras providências. Disponível em: <http://www.croba.org.br/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Resolução nº 63, de 2005**. Cria a especialidade de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE). Disponível em:

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

<https://www.crors.org.br/legislacao/%5Bwww.crors.org.br%5D%5Bwww.crors.org.br%5D63-2005.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FARIAS, T. M. O.; ALBUQUERQUE, M. D. S. V. D.; OLIVEIRA, R. S.; LYRA, T. M.; MIRANDA, G. M. D.; OLIVEIRA, P. R. D. O estreito acesso das Pessoas com Deficiência aos serviços de saúde em uma capital nordestina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1539-1548, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n5/1539-1548/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FAULKS, D.; FREEDMAN, L.; THOMPSON, S.; SAGHERI, D.; DOUGALL, A. The value of education in special care dentistry as a means of reducing inequalities in oral health. **Eur J Dent Educ.**, v. 16, n. 4, p. 195-200, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1600-0579.2012.00742.x>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FERREIRA, S. H.; SUITA, R. A.; RODRIGUES, P. H.; KRAMER, P. F. Percepção de estudantes de graduação em odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. **Revista da ABENO**, v. 17, n. 1, p. 87-96, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FRAGOSO, D. N.; SILVA, G. M. L. N.; OLIVEIRA, J. J. M.; FARIAS, M. F.; ANDRADE, K. S.; FIGUEIREDO, N. F. D.; FRAGOSO, K. T.; CARDOSO, A. M. R. Utilização dos serviços odontológicos por pacientes pediátricos com síndrome de Down de acordo com os cuidadores. **Res. Soc. Develop.**, v. 10, n. 4, e9010413767, 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13767>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GABALDO, N.; GUIMARÃES, M. R. F. S. G.; GAZOLA, E. A.; ROSA, F. G.; CINTRA, L. T. A.; CAVALCANTE, L. S.; GUIMARÃES, G. Percepção dos cirurgiões-dentistas e acadêmicos sobre o atendimento a pacientes com necessidades especiais em Porto Velho-RO. **Saber Científico**, Porto Velho, v. 9, n. 2, p. 11-12, jul./dez. 2020.

HOLDER, M.; WALDMAN, H. B.; HOOD, H. Preparing health professionals to provide care to individuals with disabilities. **Int. J. Oral Sci.**, v. 1, n. 2, p. 66-71, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2014 [citado 30 jan. 2021].

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS?. Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

JACOMINE, J. C.; FERREIRA, R.; SANT'ANA, A. C. P.; REZENDE, M. L. R.; GREGHI, S. L. A.; DAMANTE, C. A.; ZANGRANDO, M. S. R. Saúde bucal de pacientes com necessidades especiais: percepções de graduandos em Odontologia da FOB-USP. **Revista da ABENO**, v. 18, n. 2, p. 45-54, 2018. <http://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i2.434>. Acesso em: 26 ago. 2025.

LAI, Y. Y. L.; ZAFAR, S.; LEONARD, H. M.; WALSH, L. J.; DOWNS, J. A. Oral health education and promotion in special needs children: Systematic review and meta-analysis. **Oral Dis.**, 2020; 13731.

MARRA, P. S.; MIASATO, J. M. A saúde bucal do paciente especial e sua relação com o nível socioeconômico dos pais. **Rev. Bras. Odontol.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 27-30, jan./jun. 2008. Disponível em: https://revista.aborj.org.br/index.php/rbo/article/view/8?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 ago. 2025.

MORETTO, M. J.; AGUIAR, S. M. H. C. A.; REZENDE, M. C. R. A. Reflexões sobre a importância da assistência odontológica preventiva e do adequado treinamento dos Cirurgiões-Dentistas para o atendimento de pessoas com deficiência. **Arch. Health Invest.**, v. 3, n. 3, p. 58-64, mai./jun. 2014.

NINGRUM, V.; BAKAR, A.; SHIEH, T. M.; SHIH, Y. H. The Oral Health Inequities between Special Needs Children and Normal Children in Asia: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Healthcare (Basel)*, 2021; 9(4):410.

NUNES, B. R.; FURLAN, E. C.; PIRES, P. D. S. Avaliação da condição de saúde bucal em pacientes com necessidades especiais das APAE na região carbonífera em SC. **Rev. Odontol.** Univ. Cid. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 6-16, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unicid.edu.br/index.php/odontologia/article/view/1245>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012.

PEREIRA, L. M.; MARDERO, E.; FERREIRA, S. H.; KRAMER, P. F.; COGO, R. B. Atenção odontológica em pacientes com deficiências: a experiência do curso de odontologia da ULBRA, Canoas, RS. **Stomatós**, v. 16, n. 31, p. 92-99, jul./dez. 2010.

PETERS, D. H.; GARG, A.; BLOOM, G.; WALKER, D. G.; BRIEGER, W. R.; RAHMAN, M. H. Poverty and access to health care in developing countries. **Ann N.Y. Acad. Sci.**, v. 1136, p. 161-171, 2008. doi: 10.1196/annals.1425.01.1. Acesso em: 26 ago. 2025

PONTANEGRA, R. S. M.; CAMBOIM, C. C. L.; FREIRE, J. C. P.; NÓBREGA, M. T. C.; BARRETO, J. O.; SANTOS, J. A.; DIAS-RIBEIRO, E. **Análise do conhecimento de**

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS? Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. *JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216.* <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

graduandos em odontologia sobre o uso de anestésico local em pacientes com necessidades especiais. Faculdade de Odontologia de Lins/Unimep, v. 27, n. 1, p. 5-14, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.unimep.br/index.php/Fol/article/view/2727>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTO, V. A.; GELLEN, P. V. B.; SANTOS, M. A.; BENIGNO, M. B. S.; BORGES, T. S. Percepção do acadêmico frente ao atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. **Revista da ABENO**, v. 22, n. 2, p. 1-10, 2022. doi: 1030979 revabeno.v22i2.1027. Acesso em: 26 ago. 2025.

PORTOLAN, C.; VELASKI, D.; MAÇALAI, M.; HOCHMULLER, M.; CEZAR, M.; PORTELLA, V. Odontologia e pacientes especiais: conhecer, orientar e prevenir. **Rev. Saúde Integrada**, v. 10, n. 20, Edição Especial, p. 7-15, 2017. doi: <http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/saude/index>. Acesso em: 26 ago. 2025.

QUEIROZ, F. S.; RODRIGUES, M. M. L. F.; CORDEIRO JUNIOR, G. A.; OLIVEIRA, A. B.; OLIVEIRA, J. D.; ALMEIDA, E. R. Avaliação das condições de saúde bucal de Portadores de Necessidades Especiais. **Rev. Odontol. UNESP**, v. 43, n. 6, p. 396-401, nov./dez. 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-2577.1013>. Acesso em: 26 ago. 2025.

REIS, C.; MARTELLI-JUNIOR, H.; FRANCO, B. M.; SANTOS, A. A.; RAMALHO, L. M. P. Avaliação do serviço de saúde bucal no município de Grão Mogol, Minas Gerais, Brasil: a voz do usuário. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 14, n. 4, p. 1287-1295, ago. 2009. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400035>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SANTOS, M. F. S.; HORA, I. A. A. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. **Revista da ABENO**, v. 12, n. 2, p. 207-212, 2012. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/125>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, L. M. C.; GOES, R. W. L. Graduandos de odontologia frente ao atendimento odontológico a pacientes portadores de deficiências mentais. **Res. Soc. Develop.**, v. 10, n. 15, e103101522528, 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10;15.22528>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SIQUEIRA, F. C. V.; et al. Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 14, n. 1, p. 39-44, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YnYgm6bMfQSnC8RZr9bG9FS/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

VOLQUIND, L.; PIGOZZI, L. B.; BELLAN, M. C.; PAULUS, M.; CONDE, A. Pessoas com deficiência: percepção de seus cuidadores quanto ao atendimento odontológico.

A FORMAÇÃO ODONTOLÓGICA AFETA O PROCESSO DE GRADUANDOS EM ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS? Nelsimar Bezerra Santos da SILVA; Regina Glaucia Lucena Aguiar FERREIRA; Maria Vieira de Lima SAINTRAIN; Roberto Wagner Júnior Freire de FREITAS; Sharmenia de Araújo Soares NUTO; Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira MEYER. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE AGOSTO - Ed. 65. VOL. 01. Págs. 194-216. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

